

# Nota Informativa

Edição 042/2024

## DESTAQUES

Haddad sinaliza 2 projetos de lei para regulamentar tributária

Regulamentação da tributária deve ser enviada em abril, diz Haddad

Anatel quer estimular 5G em rede privada

Ampliação da Lei do Bem não é consenso em debate

STF julgará diretamente no Plenário ação que discute lei sobre igualdade salarial entre gêneros

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Bancos centrais desenvolvem IA para avaliar riscos relacionados ao clima

Anatel divulga nova base de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos

Anatel realiza reunião com os conselhos de usuários das prestadoras

Sinal 5G estará disponível em mais 395 municípios a partir do dia 19/03

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma tributária terá vários relatores, diz Lira

Lira diz que é viável votar a regulamentação da reforma tributária neste semestre

Governo atrasa no prazo, e Haddad diz que reforma do Imposto de Renda será feita em etapas

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lula indica ex-ministra Rosa Weber para tribunal de revisão do Mercosul

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Gestoras veem Selic previsível na 4ª e ajustam posições para real menos forte

Economia em 2024 'não vai ser o desastre que alguns esperavam', aponta Monitor do PIB da FGV

Banco Central publica o Boletim Focus; FGV informa Monitor do PIB

Carf trabalhará com inteligência artificial e plenário virtual

Projeto que muda impostos de aplicações será enviado a Casa Civil

Em reunião com Lula, Haddad destaca medidas para aumentar a receita

'Prévia do PIB' do Banco Central indica crescimento de 0,6% na economia em janeiro

## POLÍTICA

Manobra na Câmara abre caminho para votar transição energética e reforma do ensino médio

Gilmar Mendes diverge de Lira e defende direito de partidos pequenos contestarem leis no STF

Projeto que muda Lei de Falências pode travar a pauta da Câmara

Presidente pede foco de ministros em programas já lançados

## RELAÇÕES EXTERIORES

Financiamento de bens públicos globais é condição para desenvolvimento humano

Governo do Brasil quer ir além do hidrogênio e exportar produtos verdes

## DESTAQUES

### Haddad sinaliza 2 projetos de lei para regulamentar tributária

Poder Executivo | 18/03/2024 – 21h33min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na 2ª feira (18.mar.2024) que serão necessários ao menos 2 projetos de lei complementar para a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo. "Um [projeto] só não dá. Estamos vendo se conseguimos colocar em 2 diplomas legais", declarou em entrevista a jornalistas, na saída do ministério. Haddad disse que está conversando com governadores e prefeitos sobre o tema. Reforçou que a proposta deve ser fechada ainda em março. O titular da Fazenda afirmou ter solicitado uma audiência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para mostrar "parâmetros e princípios que regem a regulamentação". Segundo o ministro, áreas do governo como Meio Ambiente e Saúde terão de opinar a respeito. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Regulamentação da tributária deve ser enviada em abril, diz Haddad

Poder Legislativo | 19/03/2024 – 10h16min

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governo deve enviar a regulamentação da reforma tributária para o Congresso em abril. Haddad deu a previsão durante evento da Esfera Brasil, em Brasília, na terça-feira (19). A expectativa do ministro é que a regulamentação seja aprovada na Câmara ainda neste ano. “A partir do mês que vem nós devemos mandar a lei complementar regulamentando a reforma constitucional”, disse Haddad. A regulamentação da reforma tributária, por meio de leis complementares, é um dos focos dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para 2024. No entanto, com as eleições municipais em outubro de 2024, parlamentares preveem um ano Legislativo mais curto e a possibilidade de a regulamentação ficar para 2025.

Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Anatel quer estimular 5G em rede privada

Mercado | 19/03/2024 – 05h

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), apesar de comemorar o avanço da quinta geração (5G), avalia que as empresas brasileiras precisam se aproximar mais do uso prático da nova rede para obter maior ganho de produtividade, afirma o superintendente de outorga do órgão, Vinicius Caram. O técnico da Anatel lembra que, na modalidade privativa, onde a rede é liberada apenas dentro da propriedade rural, da unidade de produção ou centro de logística existem poucas autorizações emitidas pela agência para implantar aplicações da indústria 4.0. “Só temos 101 redes privativas no Brasil. Saímos da inércia, mas ainda é muito pouco”, disse Caram. As redes privativas, ainda muito utilizadas no padrão 4G, são diferentes daquelas adquiridas pelas operadoras no leilão de 2021. No caso, são frequências que operam com sinal dentro e fora das cidades onde chegam aos smartphones dos usuários. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Ampliação da Lei do Bem não é consenso em debate

Poder Legislativo | 19/03/2024 – 14h36min

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu em audiência pública na terça-feira (19) proposta ([PL 2.838/2020](#)) que amplia o alcance da chamada Lei do Bem ([Lei 11.196 de 2005](#)), que dá incentivos para empresas e instituições que investem em pesquisa e inovação. Representantes da área de ciência e tecnologia destacaram os benefícios da medida, enquanto o Ministério da Fazenda ressaltou queda na arrecadação. O líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), se comprometeu a colocar empresas em contato com a área econômica para buscar uma solução consensual. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## STF julgará diretamente no Plenário ação que discute lei sobre igualdade salarial entre gêneros

Poder Judiciário | 18/03/2024 – 18h05min

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), submeteu diretamente ao Plenário o julgamento da ação que discute pontos da lei que trata da igualdade salarial entre homens e mulheres. O tema é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7612. A medida tem previsão no artigo 12 da Lei das ADIs (Lei 9.868/1999), que autoriza

o julgamento da ação, pelo Plenário, diretamente no mérito, sem prévia análise do pedido de liminar. Para o relator, o rito deve ser aplicado "diante da relevância da matéria constitucional e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica". O relator também pediu informações às Presidências da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A solicitação é medida de praxe, prevista na Lei das ADIs, e visa subsidiar o relator na análise do caso. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### Bancos centrais desenvolvem IA para avaliar riscos relacionados ao clima

Mercado | 19/03/2024 – 14h16min

Chefes de bancos centrais disseram na terça-feira (19) que novos caminhos foram abertos para usar a inteligência artificial para coletar dados e avaliar os riscos financeiros relacionados ao clima. O Banco de Compensações Internacionais (BIS), um fórum de bancos centrais, mais o Banco da Espanha, o Bundesbank da Alemanha e o Banco Central Europeu disseram que seu projeto experimental de IA batizado de Gaia foi usado para analisar as divulgações das empresas sobre emissões de carbono, emissão de títulos verdes e compromissos de neutralidade de carbono. Os bancos centrais, que regulam bancos comerciais, seguradoras e gestores de ativos, precisam de dados de alta qualidade para avaliar o impacto das mudanças climáticas sobre as instituições financeiras. No entanto, a ausência de um único padrão de relatório os deixa com uma colcha de retalhos de informações públicas espalhadas por textos, tabelas e notas de rodapé nos relatórios anuais. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Anatel divulga nova base de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos

Poder Executivo | 19/03/2024 – 09h11min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou, em março de 2023, nova base de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Os dados contêm as informações sobre o Acompanhamento e Controle do Ônus Contratual. O ônus contratual é uma obrigação que decorre dos contratos de concessão da telefonia fixa, bem como da prorrogação do direito de uso das radiofrequências associadas à telefonia móvel e à banda larga fixa. A publicação está em sintonia com o Plano de Dados Abertos 2022 a 2024 da Anatel, vigente no período de novembro de 2022 a novembro de 2024, elaborado pela Gerência de Planejamento Estratégico (PRPE). As bases de dados podem ser consultadas pelos interessados em planilhas abertas, acompanhados de glossários de termos que facilitam o entendimento e o uso dos dados pelos interessados. Os dados também podem ser visualizados nos Painéis de Dados da Anatel. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Anatel realiza reunião com os conselhos de usuários das prestadoras

Poder Executivo | 19/03/2024 – 08h38min

A Anatel promove na terça-feira (19), a partir de 9h, reunião presencial com os conselhos de usuários, formados por pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos que atuam na defesa dos interesses do consumidor junto a prestadoras com função de avaliar os serviços e a qualidade de seu atendimento e apresentar propostas de melhorias. Também estarão presentes na apresentação, a ser realizada no Auditório Nelson Mitsuo Takayanagi (SAUS Qd. 6, Bloco E, 2º andar, Brasília - DF), os gerentes regionais da Anatel. A abertura do evento contará com a presença do conselheiro Vicente Aquino, presidente do Comitê de

Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST), estrutura de participação social que tem por objetivo assessorar e subsidiar o Conselho Diretor da Agência em assuntos relacionados à defesa e à proteção dos direitos dos usuários de serviços de telecomunicações. No encontro com os conselhos de usuários, serão apresentadas a forma de participação e composição do CDUST. Também será realizada uma exposição a respeito das alterações recentes no Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC). Fonte: ASCOM Anatel

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Sinal 5G estará disponível em mais 395 municípios a partir do dia 19/03**

Poder Executivo | 18/03/2024 – 15h01min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou o licenciamento e ativação de estações de tecnologia 5G em mais 395 municípios, a partir de segunda-feira (18). Com isso, o total de municípios que poderão contar com o 5G chegará a 3.678. Nestas localidades, vivem aproximadamente 181,3 milhões de brasileiros, o que corresponde a aproximadamente 85% da população do país. O 5G é o padrão de tecnologia de quinta geração para redes móveis e de banda larga, que sucede as redes de conectividade 4G. As empresas de telefonia celular têm ativado gradualmente o 5G no país, desde julho de 2022. A liberação da faixa de 3,5 GHz da rede móvel 5G não significa que serão instaladas antenas de imediato nas localidades, o que dependerá do planejamento individual de cada prestadora que poderá solicitar o licenciamento e ativação de suas estações 5G standalone ou 5G puro.

Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **REFORMA TRIBUTÁRIA**

### **Regulamentação da reforma tributária terá vários relatores, diz Lira**

Poder Legislativo | 19/03/2024 – 13h26min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a reforma tributária terá um relator diferente para cada projeto de lei de regulamentação e que não escolheu ainda os parlamentares que serão responsáveis por esta função. “Têm muitos deputados querendo. Vamos fazer um rodízio. Todos os 513 deputados são aptos”, disse. O governo ainda não anunciou quantos projetos de lei enviará para regulamentar a reforma tributária sobre consumo de bens e serviços, mas deve encaminhá-los nos próximos dias para o Congresso. Lira disse que a aprovação ainda este ano por enquanto só depende do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e que aguarda reunião com ele. Cabe ao relator do projeto negociar com o governo, empresários e sociedade um parecer com mudanças nos textos que serão votados pelo plenário. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lira diz que é viável votar a regulamentação da reforma tributária neste semestre**

Poder Legislativo | 19/03/2024 – 12h52min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o cenário ideal é votar a regulamentação da reforma tributária ainda neste semestre. Ele informou que vai se reunir no tarde com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para apresentar um calendário de votações das leis complementares que vão regulamentar a reforma aprovada no ano passado. Segundo ele, o ideal é que essa votação não demore para acontecer. O presidente deu a declaração em evento que debateu os desafios para a mobilidade de baixo carbono no Brasil, promovido pelo grupo Esfera Brasil. “Eu penso que a gente tem que resolver isso no primeiro semestre. É factível. Vamos para o detalhamento [da reforma], o pente fino,

vamos separar 'A' de 'B', mas precisamos de tempo, não pode ser feito de afogadilho e não podemos passar de 2024", disse Lira. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Governo atrasa no prazo, e Haddad diz que reforma do Imposto de Renda será feita em etapas**

Poder Executivo | 18/03/2024 – 22h29min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira (18) que a reforma do Imposto de Renda será feita em etapas, não por meio de uma "lei só". A reforma tributária, que simplificou impostos sobre o consumo, promulgada em 20 de dezembro do ano passado, estabeleceu um prazo de 90 dias para o governo enviar projeto de lei ao Congresso Nacional propondo a reforma da tributação da renda e da folha de salários. Segundo a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, esse prazo termina na terça-feira (19). Questionado sobre a data, Haddad respondeu que a equipe econômica já deu início à reforma, mas que por se tratar de assunto 'complexo', ela será feita em partes. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **Lula indica ex-ministra Rosa Weber para tribunal de revisão do Mercosul**

Poder Executivo | 19/03/2024 – 12h32min

O Ministério das Relações Exteriores informou na terça-feira (19) que o governo brasileiro indicou a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber para ocupar uma vaga no Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. Rosa vai substituir o ex-ministro da Corte Ricardo Lewandowski, que atualmente ocupa o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O Tribunal Permanente de Revisão é a corte jurídica do Mercosul, responsável por atuar para a solução de controvérsias. Dessa forma, cabe a essa corte interpretar e propor medidas para que sejam cumpridos os instrumentos e normas estabelecidos no processo de integração no bloco. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **ECONOMIA E TRIBUTÁRIO**

### **Gestoras veem Selic previsível na 4ª e ajustam posições para real menos forte**

Poder Executivo | 19/03/2024 – 14h39min

É consensual entre as gestoras a visão de que o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, irá cortar os juros em 0,50 ponto na quarta-feira (20), o que levará a Selic para o patamar de 10,75% ao ano. É isso o que apontou uma pesquisa feita pela XP com 29 casas que possuem mandatos multimercados macro entre os dias 4 e 14 do mês. Já para o fim do ano, as gestoras projetam que a Selic chegará a 9% — sem alterações em relação à pesquisa feita pela casa em janeiro de 2024 e em linha com o esperado pelos economistas consultados pelo BC no Boletim Focus. O estudo, por outro lado, trouxe mudanças nas estimativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e para o Produto Interno Bruto (PIB). No levantamento mais recente, a expectativa das casas é que a inflação encerre este ano em 3,70%, abaixo dos 4,00% esperados em janeiro. Atualmente, o Focus projeta que o indicador termine o ano em 3,79%. Fonte: Infomoney

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Economia em 2024 'não vai ser o desastre que alguns esperavam', aponta Monitor do PIB da FGV**

Poder Executivo | 19/03/2024 – 13h32min

A economia brasileira em janeiro mostrou saldo positivo em todas as comparações, na ótica do Monitor do PIB da Fundação Getulio Vargas (FGV). Segundo informou na terça-feira (19) a fundação, a atividade econômica do país subiu 0,1% em janeiro ante dezembro de 2023, com aumentos de 4,1% ante janeiro de 2023; e de 3% no trimestre finalizado no primeiro mês do ano, ante igual período do ano anterior. Para Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais (NCN) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), o indicador sinaliza que, no começo do ano, a economia mostra-se melhor do que o esperado. “Todos estavam com perspectiva pior [para a economia] esse ano, se falou até em crescimento [do PIB] menor que 1%”, lembrou, a citar projeção veiculada no fim do ano passado. “E agora o Focus está projetando crescimento de quase 2%”, notou, a citar projeção do Boletim Focus do Banco Central, que abrange projeções do mercado financeiro. No boletim veiculado, a previsão para expansão do PIB de 2024 subiu de 1,78% para 1,80%. “Eu acho que 2024 não vai ser um desastre [para a economia] como algum esperavam”, resumiu. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Banco Central publica o Boletim Focus; FGV informa Monitor do PIB**

Poder Executivo | 19/03/2024 – 08h07min

A publicação do boletim Focus é um dos destaques da agenda do dia - o relatório é o último antes da decisão de juros do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. No âmbito externo, a decisão de juros na China também fica no radar. Confira abaixo outros destaques da agenda da terça-feira: FGV divulga IPC-S Capitais da segunda quadrissemana de março - O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) divulga, às 8h, o Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) para sete capitais brasileiras da segunda quadrissemana de março. A modesta aceleração da inflação medida pelo IPC-S para 0,56% na chamada primeira quadrissemana de março, vindo de 0,55% na leitura imediatamente anterior, a do encerramento de fevereiro, foi concentrada em duas das sete capitais pesquisadas. Houve aumento da inflação, em relação à medição imediatamente anterior, apenas em Salvador (0,60% para 0,62%) e Porto Alegre (0,21% para 0,34%). Tiveram recuo na alta de preços, por essa base de comparação: Brasília (0,54% para 0,53%), Belo Horizonte (0,44% para 0,40%), Recife (0,64% para 0,61%), Rio de Janeiro (0,52% para 0,50%) e São Paulo (0,76% para 0,75%). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Carf trabalhará com inteligência artificial e plenário virtual**

Poder Executivo | 19/03/2024 – 06h13min

O Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) vai adotar julgamentos via plenário virtual, como é feito no STF (Supremo Tribunal Federal), e a utilização de inteligência artificial. O julgamento remoto será colocado em prática ainda em 2024. O sistema está sendo feito em parceria com o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). A IA vai demorar mais um tempo. As medidas foram anunciadas pelo presidente do conselho, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, em entrevista ao Poder360. O plenário virtual vai atender os advogados de processos com menor valor. “Esses processos abaixo de R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões, R\$ 10 milhões raramente vem para Brasília para fazer sustentação oral”, disse. Para evitar que haja somente julgamentos sendo feitos de forma remota, Higino declarou que os maiores processos permanecerão de forma presencial. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Projeto que muda impostos de aplicações será enviado a Casa Civil

Poder Executivo | 18/03/2024 – 21h45min

O Ministério da Fazenda enviará na terça-feira (19) à Casa Civil o projeto de lei que simplifica a cobrança de impostos sobre aplicações financeiras, disse na segunda-feira (18) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele informou que a tributação de dividendos, principal ponto da reforma do Imposto de Renda, ficará para mais tarde, mas sai ainda este ano. Segundo Haddad, o texto do projeto sobre as aplicações financeiras está "pactuado" com o mercado financeiro e não deve enfrentar resistência. A Casa Civil analisará o projeto antes de enviar ao Congresso, o que não tem data para ser feito. Na terça, acaba o prazo de 90 dias estabelecido pela emenda constitucional da reforma tributária para que o governo envie ao Congresso o projeto de lei que reforma a tributação da renda e dos salários. Haddad, no entanto, nega que o governo esteja descumprindo a Constituição porque, em dezembro do ano passado, editou a medida provisória com a reoneração da folha de pagamentos, que está incluída no tema. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Em reunião com Lula, Haddad destaca medidas para aumentar a receita

Poder Executivo | 18/03/2024 – 16h22min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou as prioridades de sua gestão em 2024 para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a reunião ministerial realizada na 2ª feira (18.mar.2024). Em um conjunto de slides, o ministro listou medidas para aumentar a arrecadação federal. O documento diz que as iniciativas servem para aumentar a "valorização da responsabilidade social", indicando novos gastos com políticas de governo. Pelas regras do novo marco fiscal, a gestão do petista só pode aumentar as despesas se houver elevação na arrecadação. Mais especificamente, os desembolsos ficam limitados a 70% do crescimento da receita. Sobre a MP nº 1.202, Haddad já disse que espera regulamentar as proposições por meio de projetos de lei. É uma estratégia do ministro para conseguir mais tempo de negociação com os opositores de suas ideias. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## 'Prévia do PIB' do Banco Central indica crescimento de 0,6% na economia em janeiro

Poder Executivo | 18/03/2024 – 09h01min

O Índice de Atividade Econômica (IBC-BR) do Banco Central do Brasil, considerado a "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), registrou expansão de 0,6% em janeiro na comparação com o mês anterior, informou a instituição na segunda-feira (18). O resultado foi calculado após ajuste sazonal – um tipo de "compensação" para comparar períodos diferentes. De acordo com dados do BC, esse foi o quinto mês seguido de crescimento do nível de atividade. Para este ano, o mercado financeiro estima uma alta de 1,78% para o PIB – com desaceleração frente ao resultado do ano passado (+2,9%). Já para 2025, a expectativa é de um crescimento de 2%. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## POLÍTICA

### Manobra na Câmara abre caminho para votar transição energética e reforma do ensino médio

Poder Legislativo | 19/03/2024 – 13h45min



A Câmara dos Deputados mudou a contagem dos prazos sobre as urgências de quatro projetos de lei do governo e, com isso, abriu caminho para aprovação do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) e da reforma do ensino médio esta semana. Quatro projetos de lei enviados pela área econômica do governo trancariam a pauta do plenário da Câmara a partir de terça-feira (19) porque não foram votados no prazo constitucional de 45 dias dos textos encaminhados em regime de urgência. Com o prazo estourado, outros projetos de lei não poderiam ser analisados no plenário. Mas a Secretaria-Geral da Câmara mudou a data de início de contagem e passou a registrar a primeira sessão legislativa do ano, no dia 6 de fevereiro, como o marco temporal, e não mais o dia de abertura do ano legislativo. A mudança fará com que os projetos do governo só tranquem a pauta do plenário a partir de quinta-feira (21). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Gilmar Mendes diverge de Lira e defende direito de partidos pequenos contestarem leis no STF**

Poder Judiciário | 19/03/2024 – 13h23min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, divergiram sobre o acesso de partidos políticos ao Judiciário para contestar leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Gilmar defende que o assunto pode ser debatido pelo Congresso, mas lembrou que foi de partidos pequenos a iniciativa de procurar o STF durante a pandemia para questionar ações do governo Bolsonaro (PL), cuja derrubada ajudaram a salvar vidas. “Isso não necessariamente não é mau. Durante a pandemia, partidos pequenos levaram ao Supremo questões importantes”, afirmou, ao participar de evento do grupo “Esfera Brasil” sobre descarbonização, na terça-feira (19). “Matérias que são consensuais no Congresso raramente geram contestações”, comentou.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Projeto que muda Lei de Falências pode travar a pauta da Câmara**

Poder Executivo | 19/03/2024 – 05h02min

A pauta da Câmara dos Deputados pode ser travada a partir do caso o Projeto de Lei nº 3, de 2024, que altera o processo de falências no Brasil, não seja votado. A proposta tramita em regime de urgência, o que obriga a sua votação em 45 dias, a partir da sua apresentação, em janeiro. O PL, que partiu do Ministério da Fazenda, tem sido alvo de críticas desde o início da discussão por não ter sido submetida a um amplo debate. Isso se agravou, no último fim de semana, com o substitutivo apresentado pela relatora, a deputada Dani Cunha (União Brasil-RJ). O texto da relatora altera não só as falências, mas também as recuperações judiciais e até as transações tributárias - o que não estava previsto no projeto. Nos últimos quatro anos, o número de recuperações judiciais e falências decretadas pela Justiça cresceu no país. Segundo dados do Serasa Experian, entre 2022 e 2023, o aumento foi de 64% e 9% para recuperações e falências, respectivamente. No caso do substitutivo, as principais críticas vão para a mudança do quórum mínimo para a convocação da assembleia de credores e a impossibilidade de uma mesma empresa entrar em recuperação contados dois anos após o encerramento da última reestruturação. O prazo é de dois anos após a apresentação do plano de recuperação judicial. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Presidente pede foco de ministros em programas já lançados**

Poder Executivo | 18/03/2024 – 19h26min

Em reunião com sua equipe de ministros na manhã da segunda-feira (18), em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um balanço dos principais resultados do primeiro ano de governo e fez recomendações para que as ações anunciadas e recriadas comecem a ser percebidas pela população. O encontro, que começou por volta das 9h, no Palácio do Planalto, terminou pouco depois das 14h. Na primeira parte da reunião, Lula afirmou que "ainda falta muito para se fazer" e criticou o governo anterior por ter abandonado a população, além de tentar um golpe de Estado. Em seguida, o presidente acompanhou balanços apresentados pelos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda). Em coletiva após o término da reunião, o chefe da Casa Civil destacou que o presidente quer foco nos programas que já foram lançados, e que não deve haver anúncio de novas ações agora, mas a concretização das medidas prometidas. Além disso, segundo Rui Costa, é preciso que a população seja bem informada, por meio de dados comparativos, sobre os resultados do governo. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## RELAÇÕES EXTERIORES

### Financiamento de bens públicos globais é condição para desenvolvimento humano

Mercado | 03/03/2024 – 13h45min

Divulgado na semana passada, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2023 (RDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), trouxe a boa notícia da recuperação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), permitindo estimar sua volta aos níveis pré-pandêmicos. A análise é lançada anualmente para medir e nortear o progresso da humanidade rumo a sociedades mais justas e igualitárias. O mundo, no entanto, continua sua trajetória de aprofundamento das desigualdades. Mas o RDH, elaborado por especialistas do mundo inteiro e avalizado por um conselho consultivo internacional, do qual faço parte, não se traduz em boas ou más notícias. Sua maior função é usar o indicador para traçar parâmetros e soluções de correção de rota. No momento, estamos a seis anos do cumprimento dos compromissos assumidos pelos países-membros da ONU para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Não existe plano de ação viável se não forem contemplados o reforço ao multilateralismo e o financiamento dos chamados bens públicos globais. Daí a importância dada aos dois temas nas recentes reuniões do G20, atualmente presidido pelo Brasil. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Governo do Brasil quer ir além do hidrogênio e exportar produtos verdes

Mercado | 19/03/2024 – 04h

A política de comércio exterior brasileira, dentro do contexto de transição energética, não se restringe a exportar hidrogênio verde. Vai além. Mira a busca de investidores e a abertura de mercado para os chamados produtos industrializados de baixo carbono. O posicionamento ficou claro em evento na embaixada do Brasil em Berlim na segunda-feira (18), que reuniu representantes do setor empresarial e dos governos brasileiro e alemão. O encontro faz parte da agenda paralela do BETD24 (10º Diálogo de Transição Energética de Berlim), fórum na capital alemã que reúne na semana mais de 2.000 especialistas de 90 países para tratar de alternativas aos combustíveis fósseis. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

